



## O NACIONALISMO PERSONALIZADO: ANÁLISE DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS NA EUROPA (2006-2016)

DAVID GIL GONÇALVES<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo apresentado pretende avaliar a emergência e evolução dos movimentos nacionalistas na União Europeia entre 2006 e 2016. Tendo em conta a expansão, praticamente transversal, das alternativas políticas protecionistas, importa não só recuperar contributos teóricos que justificam o sucesso desta tipologia de movimentos, mas também analisar a construção discursiva associada à sua popularização e destaque. A divisão clássica entre “nós” e os “outros” torna-se particularmente clarividente em períodos conturbados: a crise económica e o fluxo de refugiados, vítimas do conflito armado na Síria, favoreceram a emergência duma retórica personalizada que explora a identidade nacional e os limites da cidadania para fomentar essa hostilidade para com o diferente.

**Palavras-chave:** Nacionalismo, Identidade, Migrações, Personalização, União Europeia.

---

Histórico do artigo: recebido em 11-08-2017; aprovado em 15-10-2017; publicado em 30-11-2017.

<sup>1</sup> 1.º Secretário da Associação Portuguesa de Estudos Europeus. Mestrando em Ciência Política pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. E-mail: [davgilg@gmail.com](mailto:davgilg@gmail.com)

## ABSTRACT

*Customized Nationalism: Analysis of Nationalist movements in Europe (2006-2016)*. The following article aims to evaluate the emergence and evolution of nationalist movements in the European Union between 2006 and 2016. Given the almost transversal expansion of protectionist political alternatives, it is important not only to recover theoretical contributions that justify the success of this type of movements, but to analyze the discursive construction associated with its popularization and prominence as well. Considering that the classic division between "we" and "others" becomes particularly clear in harsher times, the economic crisis and the flow of refugees, victims of the armed conflict in Syria, favored the emergence of a personalized rhetoric that explores national identity and the limits of citizenship to foster hostility to what is different.

**Keywords:** Nacionalism, Identity, Migrations, Personalization, European Union.

---

## 1. INTRODUÇÃO

*"Of all the visions and faiths that compete for men's loyalties in the modern world, the most widespread and persistent is the national ideal."* (Smith, 1979)

Este ensaio, visa explorar, na Europa e para a época considerada, a emergência de movimentos nacionalistas. Tendo em conta o período histórico mais recente, invariavelmente associado ao fenómeno referido, o tema deste exercício é não só pertinente para compreender de que forma o nacionalismo ganhou tração, mas também quais as consequências da sua (re)introdução no espectro político-partidário. A metodologia empregue é sobretudo qualitativa, recaindo sobre a literatura discriminada, mas inclui breves recursos quantitativos, sejam estes provenientes de incursões próprias do autor, ou decorrentes da bibliografia.

De forma introdutória, importa realizar um esclarecimento conceptual, onde ficam definidos os termos a partir dos quais este trabalho se desenvolve. Este capítulo apresenta uma perspetiva maioritariamente histórica e uma análise mais distante das tradições e matrizes fundamentais do nacionalismo no passado. De seguida, o ensaio atinge o seu propósito principal, ao descrever o conjunto de fenómenos

invariavelmente associados ao descontentamento público, que permitem uma construção bem-sucedida da narrativa nacionalista, com destaque para as migrações, os desafios económicos, as ameaças ao Estado Soberano e princípio de autodeterminação, entre outros. Posteriormente, quando a opinião pública se revela recetiva para partidos protecionistas, importa compreender qual a metodologia empregue para a consolidação da retórica, bem como as reações e consequências desta.

## 2. NACIONALISMO: CONCEITO, HISTÓRIA E ENQUADRAMENTO

*“Nationalism is the convergence of territorial and political loyalty [...], it implies a minimum of harmony, [...] sufficient to maintain social peace and peaceful social change.”*(Haas, 1986)

Ainda que seja empregue com facilidade e, por vezes, pouco critério, o termo nacionalismo exhibe um reportório vasto de definições na esfera académica e de origem científica. Habitualmente, cada autor adota a caracterização mais conveniente e adequada para as finalidades do seu estudo, uma abordagem natural se contemplarmos as diferentes tipologias que o nacionalismo pode assumir: integral, étnico, cívico, religioso, territorial e/ou soberano e até liberal. No seu sentido mais abrangente, podemos entendê-lo como uma doutrina assente numa relação exclusiva entre o Estado e a Nação, na qual esta última se entende como um conjunto de indivíduos que partilham comportamentos, direitos e deveres fundamentais, e que os diferenciam dos restantes. Esta noção é fundamental para a estrutura do pensamento nacionalista, uma vez que consolida a disposição do argumento sob a forma de “nós” contra “eles”.

É esta a lógica subjacente, quer no raciocínio protecionista, quer à noção restrita de uma identidade nacional que deve ser defendida. A partir desta, a probabilidade de sucesso do discurso nacionalista aumenta, especialmente caso as instituições de governação não ofereçam uma resposta suficientemente esclarecedora (McLaren,

2012). Além disso, também em função de outras circunstâncias anormais, nomeadamente períodos sociais mais conturbados, as alternativas fora do *political establishment* ganham tração. Mediante a mobilização popular, é estabelecido um corpo de argumentos formais, que constitui uma ideologia nacionalista própria – é esta composição que define a tipologia do nacionalismo e conseqüente programa político (Haas, 1986).

A título de exemplo, o regime Nazi, que vigorou na Alemanha entre 1933 e 1945, utilizava uma retórica amplamente xenófoba que, em simultâneo, galvanizava a etnia caucasiana e condenava outras à inferioridade, e foi disseminada com sucesso, facilitando incursões militares e a expansão do III Reich. Embora se distinga de movimentos semelhantes, este é mais um que comprova que o nacionalismo “[...] era uma crença de que todos aqueles que compartilhavam uma história e cultura comuns deveriam ser autónomos, unidos” (Smith, 1979) e, em paralelo, iguais entre si e distintos dos restantes. Contudo, importa referir que, tal como as premissas do ato discursivo, também os objetivos e resultados dos diferentes nacionalismos variam, sejam os casos onde este conduziu ao alcance da democracia (parcialmente, em França, em 1789) ou à própria independência (comum nos países africanos vítimas da colonização).

A diversidade destes fenómenos remete-nos para os vários esforços que ousam categorizar e incluí-los no espectro político – um exercício que não seria frutífero, nem atual, sem o contributo de Van der Brug e Spanje (2009). Os autores advogam que é impossível realizar esta avaliação apenas através da dimensão clássica de esquerda-direita, razão pela qual acrescentam uma outra, a libertária-autoritária. Esta é composta por três fatores: inclusividade e exclusividade no capítulo sociocultural; autonomia individual, em contraposição à conformidade com as normas; papel do indivíduo no conjunto de decisões coletivas. A partir deste contributo, o vínculo nacionalista passou a exprimir-se no eixo autoritário (ver figura abaixo).

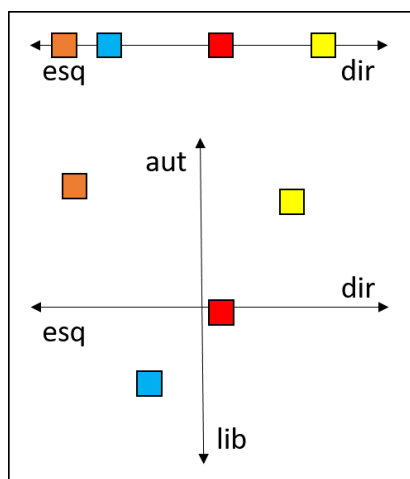


Figura 1 – Disposição partidária em contraste (unidimensional e bidimensional). Fonte: Elaboração própria.

Evidentemente, esta metodologia não potencia o aparecimento de novos partidos, apenas favorece a sua descrição e enquadramento<sup>2</sup>: o eleitor continua dependente da oferta política que existe no seu país, sendo que muitos permanecem forçados a optar pela mais próxima e não pela ideal (Van der Brug & Spanje, 2009).

### 3. A VAGA NACIONALISTA (2006-2016)

*“National sentiment is a belief among intellectuals and other literate groups that they constitute a nation and ought to practice self-determination at some time in the future”.*

(Haas, 1986)

Tal como previamente mencionado, não existe uma justificação transversal para a origem da retórica nacionalista. Aliás, uma das estratégias inerentes aos movimentos atuais foi o seu afastamento – diga-se eficaz e bem-sucedido – em relação aos seus homólogos do século anterior, nomeadamente os de Hitler e Mussolini (Smith, 1979). Ainda assim, é possível identificar um conjunto de fatores historicamente associados ao sucesso da mesma, isto é, em mobilizar uma quantidade considerável da população. Ao longo deste capítulo procuramos não só encontrar as principais causas subjacentes à

<sup>2</sup> Mais diversidade e exatidão ao catalogar o partido/movimento político.

emergência do nacionalismo no período identificado, como também entender quais as lógicas desenvolvidas a partir destas.

### **3.1. Descontentamento, tensão e opinião pública**

Uma das principais ameaças à noção estabelecida de identidade nacional advém da contradição do princípio de autodeterminação e da soberania do próprio Estado. Segundo esta lógica, uma comunidade política tem o direito de se auto governar, evitando quaisquer intervenções externas. Todavia, a pretensão de conservar esta abordagem contrasta com as principais tendências no domínio social e político, nomeadamente a globalização e o projeto de integração europeu. O primeiro fenómeno forçou uma abertura progressiva das diversas economias e uma adaptação a relações internacionais progressivamente mais liberais, à qual se acrescenta o conjunto de normas acordadas entre os demais Estados e institucionalizadas em diversas organizações internacionais (Organização das Nações Unidas, Organização Mundial de Comércio, etc.). Além disso, esta configuração favorece a competição, seja no domínio cultural (imigração), seja no plano económico (mobilidade laboral), um cenário que, inevitavelmente, produz insatisfação junto daqueles que são mais prejudicados: todos os menos qualificados, que, de forma reacionária, apelam ao protecionismo para salvaguardar a sua posição (Fligstein, et al., 2012).

Por outro lado, a União Europeia tem sido um dos principais alvos da retórica nacionalista, que a apresenta como criatura política insuficiente, ineficaz e usurpadora, disseminando uma projeção autoritária da organização. Além das competências nacionais, que foram sendo progressivamente transferidas para âmbito europeu – recorde-se, com aprovação do respetivo Estado-Membro –, Fligsten et al. (2012) mencionam uma preocupação acrescida com a noção de identidade europeia, teoricamente comum a todos os cidadãos dos diversos países que lhe pertencem. A crítica nacionalista entende o *melting pot* europeu, essa interação de culturas, como uma ameaça existencial para os contornos próprios da sua nação. Além disso, a forma como a União Europeia mantém um funcionamento díspar, operando na maioria por

blocos políticos, mas com momentos tensos, onde se evidencia um regresso à lógica nacional<sup>3</sup> – desprovendo o projeto da lógica intrínseca – reforça a noção de que a ideia de identidade europeia não foi assimilada na totalidade, nem pelos próprios intervenientes políticos (Fligstein, et al., 2012).

A questão migratória, inerente a ambos os processos, é um dos principais desafios das democracias liberais europeias. O incremento das migrações, e, conseqüentemente, da diversidade étnica, é provavelmente a causa mais mobilizadora, especialmente pela correlação desta com o aumento da desconfiança nas instituições públicas (McLaren, 2012). Na verdade, não é a presença de um partido nacionalista que a causa, antes pelo contrário: este pode alimentar-se dessa desconfiança e estabelecer uma retórica populista-nacionalista, alusiva ao desfasamento entre “elites” e o “povo”, numa dimensão vertical, e entre “*insiders*” vs “*outsiders*” (Brubaker, 2017). Brubaker acrescenta: “[Os movimentos nacionalistas] apresentam-nos [responsáveis governamentais] como insensíveis com as dificuldades económicas do cidadão comum, mas também indiferentes ou condescendentes para com a sua forma de vida”. Ainda que de forma indireta, esta transcrição transparece o critério mais importante no que diz respeito à opinião pública em relação às migrações: a conjuntura económica.

Independentemente do posicionamento inicial, mais favorável ou não aos migrantes, um cenário socioeconómico mais débil implica uma postura mais protecionista. Aliás, a crise “[...] demonstra que estes valores [humanitários] são altamente irrelevantes quando a população se debate com insegurança económica e social” (Triandafyllidou & Kouki, 2013). Assim, os grandes beneficiários das circunstâncias são os partidos mais conservadores, que além de pouco interessados nos migrantes, advogam contenção fiscal e orçamental. O raciocínio subjacente é claro: se há menos recursos, não há justificação para que sejam empregues com os “outros” (McLaren, 2012). Neste sentido importa retomar os desenvolvimentos na União Europeia, uma vez que a deficiente integração económica e monetária conduziu a desequilíbrios progressivos entre os diferentes Estados-Membros – gerando vencedores e derrotados no processo (Fligstein, et al., 2012). Estas divergências

---

<sup>3</sup> A crise económica e a divisão entre países credores e devedores é um dos exemplos máximos desta disposição.

tornaram-se mais flagrantes durante o período de crise económica, nomeadamente nos países que foram sujeitos a “programas de ajustamento macroeconómico”, isto é, a uma austeridade orçamental. O aumento do desemprego, da população em risco de pobreza e a redução da despesa pública e dos salários conduziram os países a uma espiral recessiva e deflacionária.

Se este contexto já era suficiente para motivar a amplificação da tensão entre os Estados-Membros constrangidos pelas contas públicas – que, como previamente mencionado, resultou num funcionamento ordenado por interesses nacionais – e os restantes, forçados a prestar auxílio no capítulo financeiro, a guerra civil na Síria acrescentou uma dimensão migratória externa ao bloco europeu. Segundo registos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2017), o conflito armado resultou em 13,5 milhões de requerentes de assistência humanitária, dos quais apenas pouco mais de um milhão procurou refugiar-se em solo europeu. Ainda que estes números, em consideração por proporcionalidade, sejam bastante inferiores se comparados com os da Turquia, do Líbano ou da Jordânia, a coincidência temporal com outras dificuldades de ordenamento interno (e não só) constringiu uma atitude mais proactiva e humanitária por parte da União Europeia. Apesar de signatários da Convenção de Genebra (1951), os Estados europeus demonstram uma disponibilidade cada vez menor para aceitar o número espontâneo de requerentes de asilo (Kofman, 2005).

### **3.2. Construção discursiva e consequências**

Esta disposição, segundo a literatura, encontra-se aliada a uma utilização da cidadania (e acesso à mesma) como filtro e possível estratégia de restrição às migrações. Como adverte Howard (2010), “[...] os limites da cidadania permitem que os Estados mais ricos elaborem uma linha que separe os seus cidadãos de potenciais imigrantes de países pobres, criando distinções internas entre cidadãos e residentes estrangeiros”. Assim, consolidou-se uma norma que torna o modelo contratual da cidadania muito mais restrito e que exige demonstrações constantes de lealdade, do



migrante para com a comunidade que o acolheu, em detrimento de qualquer outra afinidade precedente – isto é, um conjunto de normas cívicas e culturais fundamentais que se devem sobrepôr à individualidade da pessoa em movimento. Em simultâneo, este manual de conduta social serve para excluir, automaticamente, sujeitos oriundos de grupos identificados como incompatíveis (Kofman, 2005). Esta categorização, ao definir um paradigma de normalidade, permite catalogar a questão migratória como objetiva e facilita a discriminação do “outro”. Segundo Brubaker (2017), o próprio nacionalismo adotou uma postura mais próxima dos legados seculares, mas também religiosos, e dos princípios liberais em detrimento da tradição, da língua ou da etnia. Contudo, em virtude do foco de conflito com os migrantes muçulmanos, é facilmente descortinável de que essa qualidade é meramente retórica.

Este posicionamento convenceu Triandafyllidou & Kouki (2013) de que predomina a visão “que os migrantes são uma conveniente, ainda que temporária, força de trabalho, que deve regressar a casa quando o seu trabalho for completo, e que, noutro caso, não são bem-vindos a permanecer”. Nesse sentido, é possível identificar um certo pragmatismo na gestão das migrações, orientando-as segundo o interesse e as necessidades nacionais, subvertendo as obrigações morais e humanitárias em favor da utilização destas como instrumento de política económica, que flutua em função das necessidades do país acolhedor nesse domínio. Esta abordagem empresarial opta por “[...] selecionar os migrantes com base na sua utilidade para a economia e aplicar, sempre que possível, o mesmo cálculo económico e político e racionalidade para todas as formas de migração, incluindo aquelas que derivam de princípios normativos” (Kofman, 2005). É a capacidade de transparecer o carácter nacionalista da administração do fenómeno migratório – e o saldo positivo do mesmo – que permite à opinião pública aceitá-lo (Kofman, 2005).

Adicionalmente, ainda no que diz respeito à disposição popular para aceitar os migrantes, existe uma lógica predominante, cada vez mais popular, que perverte o ideal de tolerância. Este princípio, por natureza tradicionalmente inclusivo, transforma-se numa mantra do protecionismo e da diferenciação. Assim, em vez de ser criado um espaço público diverso, seguro e democrático, a politização do intervalo cultural entre

as minorias e a população autóctone transfere o ónus da integração para a primeira, tornando-a responsável por quaisquer incidentes de intolerância que possam ocorrer – isto porque os recém-chegados comprometem-se a não interferir, nem divergir, dos hábitos da comunidade nativa (Triandafyllidou & Kouki, 2013). Esta tendência revela um reforço da sua posição nacionalista através do desenvolvimento dum gestão obscena das migrações e o ressurgimento dum agenda assimilacionista (Kofman, 2005).

De forma a aproveitar os contornos desta noção de tolerância, vários responsáveis políticos optaram por uma abordagem manifestamente pragmática, que implicava uma diferenciação vincada para com os alvos da sua retórica. Nestas situações, os visados foram sobretudo as minorias étnicas de características muçulmanas – um fenómeno que alude a uma “*racialização*” da religião muçulmana, atribuindo-lhe um conjunto de traços próprios, incompatíveis com os ocidentais.

Um dos casos mais conhecidos ocorreu no seio da sociedade holandesa, reconhecida pela sua matriz mais progressiva e liberal, e que começou a notabilizar-se através de Pim Fortuyn, um político abertamente homossexual, que utilizava a sua orientação sexual para apresentar um afastamento irreconciliável entre os valores liberais e o conservadorismo muçulmano, incapaz de se compatibilizar com este estilo de vida. Isto “encorajou a atribuição de atitudes retrógradas, anti-gay ao Islão e atitudes modernas, pró-gay aos holandeses” (Brubaker, 2017). Portanto, perante o sucesso de projeção dos valores de liberdade individual e igualdade de género como transversais (ainda que não o sejam), é possível apresentar uma retórica de exclusão para qualquer um proveniente de uma cultura distinta, basta justificar a discriminação como um ato em defesa dos vulneráveis princípios democráticos dessa comunidade política (Triandafyllidou & Kouki, 2013). Além disso, Brubaker (2017) adverte que esta estratégia discursiva, além da postura anti-islâmica, almeja alcançar outros eleitorados, mais sensíveis para causas sociais, e assim afirmar-se na esfera política. Por outro lado, existe um incremento progressivo das referências ao cristianismo, que passa a ser invocado como raiz cultural, e não religiosa, da sociedade ocidental. Ou seja, ainda que a doutrina não seja empregue ou sequer adotada pela maioria da população

autóctone, os valores intrínsecos à mesma, supostamente partilhados, servem para estabelecer a diferenciação. Nestas situações, os partidos nacionalistas são claramente paradoxais e a sua retórica superficial: “o seu liberalismo é profundamente iliberal, e a sua identificação com o Cristianismo desprovida de conteúdo religioso” (Brubaker, 2017).

Geert Wilders (Partido para a Liberdade), Nigel Farage (Partido de Independência do Reino Unido), Marine Le Pen (Frente Nacional), Frauke Petry (Alternativa para a Alemanha) e Norbert Hofer (Partido da Liberdade da Áustria) são (ou foram) os líderes de plataformas políticas que partilham uma série de valores nacionalistas, desde o protecionismo em relação às migrações, à crítica da União Europeia e proposta de regresso ao Estado Soberano (e, conseqüentemente, ao passado). Além do sucesso dos seus respetivos movimentos depender imenso da figura do líder, por si só invocando uma personalização da elite política, a verdade é que essa qualidade também está expressa no próprio discurso. Isto é, ainda que a retórica empregue se desenvolva seguindo uma matriz comum, nomeadamente seguindo a lógica de “nós” em oposição ao “outro”, ao desconhecido, existe uma construção meticulosa, em função dos temas mais sensíveis ao público-alvo (ou seja, à realidade da comunidade política em questão). Desta forma, rejeita a conotação mais ideológica dos movimentos nacionalistas precedentes, estabelecendo uma retórica adaptada à análise das tensões sociais e de possíveis fontes de descontentamento. Este pragmatismo torna cada um dos movimentos, ainda que nacionalistas e defensores do “eu”, em expressões singulares e autênticas dessa identidade, portanto, personalizados à medida do ordenamento interno.

#### **4. CONCLUSÃO**

Em primeira instância, é possível reforçar a ideia de que não prevalece uma lógica singular aos movimentos nacionalistas, ainda que a maioria deles se regre pela dicotomia entre “nós” e os “outros”. Como seria expectável, o fenómeno migratório assume-se como basilar na arquitetura discursiva, sendo que os restantes critérios

apenas atingem uma relevância considerável no palco político de forma condicional, isto é, após confirmada a presença de migrações. Mesmo nas situações da retórica soberanista, aparentemente independente, jaz, implícita, a crítica à globalização e à União Europeia pela facilidade de mobilidade que garante.

A difusão da doutrina nacionalista revela ainda três aspetos fundamentais: uma definição cada vez mais restrita de cidadão e uma estratificação da própria cidadania, que corresponde a uma erosão progressiva dos direitos; a subversão da lógica da tolerância, que é utilizada com uma finalidade isolacionista e discriminatória, deslocando todas as responsabilidades para as minorias que visam incluir-se na sociedade original; e a gestão empresarial das migrações, que apresenta o fenómeno de forma extremamente pragmática e segundo uma lógica nacionalista, que defende os migrantes úteis segundo a perspectiva e necessidades próprias – sejam estas económicas, sociais ou outras. Simultaneamente, importa não esquecer que a reemergência e o sucesso do nacionalismo comprovam as insuficiências, no plano internacional, no que diz respeito à dignidade e direitos das pessoas em mobilidades, que continuam sujeitas à volatilidade dos eleitorados nacionais e sujeitas a condições desiguais.

Em tom conclusivo, o período considerado fica marcado pela emergência dum tipo particular de nacionalismo, muito mais pragmático e analítico do que os movimentos equiparáveis antecedentes. A retórica não assume uma conotação ideológica, baseia-se antes num conjunto de premissas objetivas – ou melhor, que são apresentadas como tal – que conferem à nação o direito de se defender das ameaças à sua própria identidade, e adapta-se à realidade de cada país, adquirindo um carácter personalizado.

*“There is a fine balance between national identity and universal human identity that has to be maintained in liberal democracies so as to ensure social cohesion”* (Triandafyllidou & Kouki, 2013)

**BIBLIOGRAFIA**

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 2017. Syria Regional Refugee Response [em linha]. Disponível em: <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/regional.php> [Consultado em 4 de junho de 2017].
- Brubaker, R., 2017. Between nationalism and civilizationism: the European populist moment in comparative perspective. *Ethnic and Racial Studies*, pp. 1-36.
- Fligstein, N., Polyakova, A. e Sandholtz, W., 2012. European integration, nationalism and European identity. *JCMS: journal of common market studies*, 50(1), pp. 106-122.
- Haas, E. B., 1986. What is Nationalism and Why Should We Study it?. *The MIT Press*, 40(3), pp. 707-744.
- Howard, M. M., 2010. The impact of the far right on citizenship policy in Europe: explaining continuity and change. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(5), pp. 735-751.
- Kofman, E., 2005. Citizenship, Migration and the Reassertion of National Identity. *Citizenship Studies*, 9(5), pp. 453-467.
- McLaren, L. M., 2012. The cultural divide in Europe: migration, multiculturalism, and political trust. *World Politics*, 64(2), pp. 199-241.
- Smith, A. D., 1979. *Nationalism in the twentieth century*. Nova Iorque: New York University Press
- Triandafyllidou, A. e Kouki, H., 2013. Muslim immigrants and the Greek nation: The emergence of nationalist intolerance. *Ethnicities*, 13(6), pp. 709-728.
- Van der Brug, W. e Spanje, J. V., 2009. Immigration, Europe and the 'new' cultural dimension. *European Journal of Political Research*, 48(3), pp. 309-334.